



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

CARTAGENA DE ÍNDIAS, COLÔMBIA, 16 DE JUNHO DE 2000

Gostaria inicialmente de expressar minha satisfação de participar desta nova reunião do Grupo do Rio, aqui em Cartagena de Índias, e agradecer a amável hospitalidade do povo e do Governo colombiano.

O que está em nossa agenda, como questão urgente e prioritária, são as tarefas com que se defronta nossa região e a comunidade internacional na virada do século. A Cúpula do Milênio será um momento importante de reflexão sobre esses desafios.

Para a América Latina esta é uma circunstância histórica e crucial. Nossas sociedades, nossas economias e nossos Estados passam por grandes transformações.

São muitos os temas envolvidos nessas mudanças. Basta lembrar o relatório que o Secretário-Geral Kofi Annan preparou para dar elementos ao debate. Não há tempo aqui para passá-los todos em revista. Vou concentrar-me naquilo que considero ser um dos desafios centrais para os países latino-americanos nesses novos tempos: o desafio da democracia.

A experiência em nossa região pode não ser integralmente uma história de vigência da democracia, mas certamente é uma história de luta pela democracia, de conquistas democráticas.

O balanço que podemos fazer do século XX a esse respeito será, na melhor das hipóteses, ambíguo. Foi um século de grandes avanços políticos. E talvez o mais importante deles tenha sido a incorporação das massas ao processo político, à diferença do que ocorria no século XIX, mais marcadamente oligárquico.

À maior participação das camadas antes excluídas da vida política correspondeu um avanço das liberdades públicas. Afirmou-se a cidadania. Mas esses avanços foram pontuados, com maior frequência do que teríamos desejado, por retrocessos e episódios de autoritarismo e repressão. Praticamente todos os países de nossa região enfrentaram em um ou outro momento o flagelo de regimes ditatoriais, das violações de direitos humanos, de cerceamento das liberdades democráticas. Isso marcou profundamente a memória política da América Latina. Deixou cicatrizes que em alguns casos ainda são sensíveis.

Mas as últimas décadas abriram um horizonte mais favorável para a democracia. Em praticamente todos os países fortaleceram-se as instituições livres e deram-se passos importantíssimos no aprendizado da democracia. Hoje, olhamos o futuro com otimismo e confiança. A democracia reconquistada beneficia as relações entre nossos países e, também, a nossa inserção no sistema internacional.

Uma das características de nosso tempo – e isso o define como um novo tempo – é o de que os valores éticos se difundem com a força de sua universalidade. Não há como impor barreiras artificiais a essa difusão de valores e princípios, entre os quais os da democracia e dos direitos humanos são talvez os mais visíveis. Se pudesse resumir em uma única expressão o espírito que deve prevalecer na América Latina desse novo tempo, diria “solidariedade democrática”.

Essa é uma idéia que já está presente – e acredito que estará cada vez mais – nos arranjos de cooperação e integração em nossa região. É a idéia de que a liberdade de cada um depende da liberdade de todos e de que a democracia no país vizinho é importante para a democracia em meu próprio país.

Solidariedade democrática significa, em primeiro lugar, que a América Latina não pode aceitar ou conviver com retrocessos, com

rupturas na institucionalidade democrática. Aprendemos com as experiências do passado e não vamos esquecê-las. Em tempos anteriores, nossa região já foi sinônimo de ditadura, de caudilhismo, de violação de direitos humanos. Hoje, temos a oportunidade histórica de assegurar que isso não voltará a ocorrer jamais.

Um exemplo disso é o que, no Mercosul, chamamos a “cláusula democrática”. O que ela significa, e é sempre importante repeti-lo, é que o Mercosul é uma obra de democracias para democracias. O processo de integração não é concebível, não é factível, na ausência de democracia.

No plano hemisférico, os mecanismos da OEA vão no mesmo sentido: evitar a possibilidade de ruptura do processo democrático em qualquer país americano. Mas a solidariedade das democracias não pode estar limitada a essas situações extremas, de ruptura, de golpe, de quebra da institucionalidade.

Há também um trabalho mais cotidiano, que é de todos os países, de aperfeiçoamento e fortalecimento das instituições que tornam possível o Estado de Direito.

A democracia não é uma obra acabada. É da sua natureza questionar-se a si mesma, identificar falhas, buscar novos caminhos dentro do próprio jogo democrático. A democracia é pluralista. É avessa às respostas absolutas, definitivas. É diálogo. É a discussão, no espaço público, sobre todas as questões de interesse da cidadania, inclusive os próprios procedimentos da democracia.

Nesse esforço, a responsabilidade das lideranças políticas é fundamental. Em cada país – seja ele qual for, rico ou pobre, latino-americano ou não – é preciso que saibamos reconhecer quando há imperfeições a serem corrigidas. O aperfeiçoamento da democracia é uma tarefa de cada sociedade. Nesse ponto, cada um deve fazer a sua lição de casa. E ninguém pode fazer a lição de casa do outro. O aprimoramento democrático é uma tarefa nacional e intransferível. Mas as críticas vindas do exterior são uma ajuda importante nesse sentido. E a solidariedade democrática pressupõe que exista o espaço para essas críticas.

Como mostrava Joaquim Nabuco no livro que dedicou ao episódio trágico de Balmaceda, no Chile, a solução para os problemas da de-

mocracia se encontra dentro de cada país, mas se fortalece pela existência, nos países vizinhos, de uma opinião favorável à democracia.

E quando se afirma que a tarefa é de cada país, que é intransferível, mas que, ao mesmo tempo, é legítimo o interesse dos demais países, torna-se evidente que existe aí um trabalho cuidadoso de “sintonia fina” entre os dois aspectos – que não podem ser postos no mesmo plano, já que a responsabilidade primária e última é, repito, de cada país.

Como toda sintonia fina, esta exige apurada sensibilidade e discernimento político. Cada situação tem a sua especificidade. Em última análise, o que está em jogo é a conciliação entre a força universal desses valores e o respeito à soberania dos Estados.

A soberania é relevante nesse contexto, precisamente porque ela expressa que cada povo deve poder avançar soberanamente em seu processo democrático. Por isso mesmo, a soberania não pode ser um instrumento para frear o aperfeiçoamento democrático, assim como ela não pode servir como escudo para transgressões dos direitos humanos.

É do próprio interesse de cada sociedade que seus processos democráticos se aperfeiçoem e se consolidem. Na América Latina de hoje, cada país tem a consciência de que pouco ou nada haveria a ganhar – e muito haveria a perder – no isolamento que decorreria inevitavelmente de uma atitude de impermeabilidade aos sinais recebidos do exterior. Essa consciência é hoje uma das forças mais poderosas de união e integração em nossa região. É uma consciência enraizada na universalidade de certos valores. É uma consciência que desenha a dimensão democrática da fraternidade latino-americana.

Esses são os temas complexos e essenciais para o futuro de nossas sociedades. Porque os desafios mais prementes que temos a enfrentar – o da justiça social, o da distribuição da renda, o da erradicação da miséria, o do combate ao narcotráfico, o do meio ambiente – todos passam necessariamente pela democracia. Diria mais: passam pelo aprofundamento da democracia. Assegurar a igualdade formal dos cidadãos já é algo difícil. Requer esforço, mas está longe de ser suficiente.

Os povos da América Latina anseiam – e esse é o anseio mais legítimo – pela igualdade substantiva, pela igualdade real de oportunidades na cidadania, na vida econômica, pela segurança – que deve ser também segurança humana – e pelo desenvolvimento sustentável.

A democracia é o instrumento de que dispomos para avançar nessa direção. E a América Latina de hoje – apesar dos problemas, apesar das dificuldades – não tem qualquer dúvida de que a democracia é o único caminho possível.

Muito obrigado.